

Curso da estratégia não vai mudar

O governo está convencido de que, mais cedo ou mais tarde, mantidas as regras atuais da política monetária, a inflação declinará. Por essa razão, não vê a Seplan propósito em alterar o curso da estratégia atual, que não garante resultados imediatos, porém é certo que eles aparecerão a médio prazo.

Na avaliação da questão inflacionária, é inevitável a referência aos gastos do setor público, como fonte principal de geração de subida dos preços, e da correção monetária, como principal fator de realimentação. Segundo essa consideração, a temporada atual da inflação em patamares na faixa dos 200% ao ano, começou realmente no segundo semestre de 1982, quando o governo federal, os governadores e os prefeitos gastaram mais do que deviam ou do que podiam na campanha eleitoral, aparentemente despreocupados em relação aos efeitos monetários dessa origia de gastos, no médio prazo.

Além disso, ao promover o ajustamento, o governo o fez pelo caminho errado, ou pelo menos politicamente factível, que foi o do aumento da carga tributária, repassado nos preços pelas empresas, com reflexos inflacionários imediatos. A antecipação do recolhimento das contribuições previdenciárias e do Imposto de Renda pelas empresas, terá, neste mês, um efeito formidável sobre o nível de arrecadação tributária, que superará em muito os Cr\$ 2,5 trilhões. Porém, o custo dessa massa de dinheiro levantada pelas empresas foi repassado ao sistema de preços, gerando mais pressão inflacionária.

ALTERNATIVA

Dentro desse quadro, a melhor alternativa para o ajustamento seria através da redução dramática dos despendes públicos, o que poderia

provocar uma virtual paralisação de vários projetos governamentais e a demissão de 400 a 600 mil empregados das empresas estatais. O impacto maior seria no primeiro momento, porém em seguida a situação tenderia a normalizar-se, pois se abriria um espaço maior aos empreendimentos privados, e os empregados estatais, dentro de algum tempo, seriam absorvidos pelo mercado.

Tal proposta, contudo, é considerada politicamente inviável. O governo tem convicção de que sua simples proposta poderia desencadear um sistema tal de pressões que a questão morreria no nascedouro, menos pelo impacto do número de empregados públicos que perderiam seus empregos do que pelas repercussões causadas com a demissão de alguns desses empregados politicamente bem situados.

Nessas condições, adotou-se a estratégia tecnicamente correta, de rígidas políticas fiscal e monetária, mas que levam algum tempo para produzir efeito, sobretudo se os parâmetros definidos não são rigidamente cumpridos. Essa, contudo, é a determinação do governo, que não se perturbará nem mesmo com o impacto de um ano eleitoral.

A esse propósito, a administração econômica está convencida de que, a partir do momento em que o presidente desligou-se da posição de coordenador direto do processo sucessório, transferindo essa atribuição ao PDS, o Executivo passou a atuar como um autêntico juiz, sem manifestar nenhuma preferência por este ou aquele candidato.

A DESINDEXAÇÃO

A Seplan está atenta às proposições que diariamente são feitas através da imprensa, nas revistas especializadas ou nos artigos de ex-

ministros da área econômica ou de representantes do mundo acadêmico, a respeito das melhores alternativas para conter o processo inflacionário. Uma dessas alternativas, ventiladas na última quinta-feira pelo ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, sugere a quebra da projeção da inflação passada sobre a futura, realimentando-a, através da aplicação de um redutor de 70% a 80% da inflação passada, sobre o reajuste de todos os ativos.

A proposta é considerada interessante, embora desprovida de originalidade, porém de factibilidade duvidosa. Na avaliação da Seplan, tudo se resume na questão cambial. De fato, no instante em que o governo determinar que a rentabilidade das cadernetas de poupança dos e demais títulos de renda fixa será de apenas 70% da correção monetária, haverá uma debandada generalizada dos aplicadores nesses ativos, em busca da única aplicação que continuará com a correção integral, que é o dólar.

O efeito imediato seria elevar a cotação da moeda americana no paralelo para algo em torno de Cr\$ 2.500, praticamente dobrando a cotação atual, que está abaixo do câmbio oficial, descontando o IOF. Além disso, a aplicação do redutor teria de alcançar também os salários, o que exigiria uma séria disputa com o Congresso e as lideranças sindicais.

A impraticabilidade dessa fórmula — ressalta-se na Seplan — não elimina a consideração de que a desindexação é uma alternativa válida para conter o processo de realimentação inflacionária, mas a correção monetária, erigida em 1987 para resolver os problemas da administração econômica, acabou transformando-se em sua camisa-de-força, de onde não se pode sair.